



gestão de ativos
sgoic

IMGA

ALOCAÇÃO DEFENSIVA

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

**RELATÓRIO E CONTAS
JUNHO 2022**

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS E PPR.....	7
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO	8
ERROS DE VALORIZAÇÃO	10
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	10
NOTAS INFORMATIVAS	11
BALANÇO	14
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	19
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
RELATÓRIO DE AUDITORIA	29

Relatório de Gestão



Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 24 de julho de 2007 como Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários, sob a denominação de Millennium Extra Tesouraria II.

Em 21 de outubro de 2013, efetuou-se a fusão por incorporação do Fundo de Investimento Mobiliário Millennium Extra Tesouraria no Fundo Millennium Extra Tesouraria II.

Em 16 de novembro de 2015 alterou a sua denominação para IMGA Extra Tesouraria II, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A 9 de dezembro de 2015, a CMVM autorizou a transformação do Fundo em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, tendo a sua denominação sido alterada para IMGA Prestige Global Bond.

Em 18 de junho de 2019, alterou a sua denominação para IMGA Retorno Global.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 1 de abril de 2021, não tendo sido ainda constituída.

A 25 de janeiro de 2022 o Fundo viu alterada a sua política de investimento e a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

Síntese da Evolução dos Mercados

O primeiro semestre de 2022 provou-se muito mais desafiante do que o esperado no arranque do ano. O desfecho foi originado por choques adversos que pesaram decisivamente na dinâmica de crescimento económico, no perfil inflacionista e no desempenho dos mercados financeiros.

Na vertente económica, o arranque de ano foi ainda condicionado por um enquadramento pandémico desafiante, mais especificamente pelas restrições à mobilidade impostas pela variante *Ómicron*. Não obstante, o desfecho viria a confirmar as ilações preliminares de que esta se trata de uma variante mais infecciosa, mas causadora de doença menos grave, o que, combinado com os elevados níveis de cobertura de vacinação à escala global, significou uma postura menos rígida das autoridades e respetivas implicações económicas menos onerosas. Ainda assim, a situação descrita esteve na origem da quebra do consumo privado em alguns blocos, com principal destaque para a Europa. No sentido oposto, a manutenção de uma política “COVID-zero” na China significou uma quebra pronunciada da atividade no primeiro semestre do ano.

Como habitual, os choques exógenos mais impactantes são os menos previsíveis. Desta feita, o fenómeno foi geopolítico: a invasão da Ucrânia pela Rússia. O evento descrito originou turbulência à escala global, principalmente relacionada com o impulso sobre a cotação das matérias-primas e o respetivo impacto na inflação, cujo ponto de partida já causava desconforto à generalidade dos bancos centrais.

Este evento e a correspondente evolução da inflação, que *rapidamente* atingiu máximos desde os anos 80, significou uma resposta alavancada dos bancos centrais, perante riscos de uma espiral inflacionista equivalente a esse período. Efetivamente, assistiu-se nos primeiros seis meses do ano a uma nova era a nível mundial, em que foram determinadas 158 ações de subida de taxas diretoras e apenas 6 cortes, o que em termos acumulados significou um acréscimo de quase 150 pontos percentuais, o que mais do que reverteu os cortes ocorridos desde 2019. Acresceu a estas ações uma retórica consistente com um ciclo agressivo de subidas de taxas com o desígnio de travar a escalada das pressões inflacionistas maioritariamente originadas pela oferta pela via da supressão da procura. Nota suplementar para o término “premature” dos programas de compras de ativos pelos principais bancos centrais e, no que respeita à Fed e ao Banco Central de Inglaterra, ao começo do processo de redução dos respetivos balanços.

As trajetórias ascendentes das taxas de juro e da inflação ao longo de 2021 foram desta forma aceleradas no primeiro semestre de 2022, o que aliado ao clima de incerteza económica e às disrupções nas cadeias de abastecimento produziu uma quebra dos rendimentos reais das famílias e repercussões nas margens empresariais, um cenário que se poderá acentuar na segunda metade do ano.

O enquadramento descrito originou revisões extremas das projeções económicas para 2022 e para 2023. As estimativas de crescimento real sofreram revisões em baixa para níveis consistentes com uma estagnação da atividade e convergentes com riscos recessivos em alguns dos principais blocos económicos. As projeções para a inflação foram revistas para máximos plurianuais, o que fez soar os alarmes dos bancos centrais e projetou aquele que poderá ser o ciclo de normalização monetária mais célere e acentuado desde os anos 70.

As perspetivas e as políticas económicas mais restritivas resultaram em desvalorizações praticamente generalizadas das diferentes classes de ativos.

O incremento das taxas diretoras observado e perspetivado significou subidas acentuadas das taxas de juro reais, quer nos EUA, quer na Europa, para máximos desde 2019 e de 2015, respetivamente, o que arrastou as respetivas perdas em retorno absoluto no primeiro semestre para um dos registos mais negativos de que há memória. O desempenho da dívida periférica europeia (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) foi negativo, fruto dos alargamentos de *spread* ocorridos.

A deterioração dos fundamentais das empresas, a expectativa de aumento dos incumprimentos e a remoção do suporte dos bancos centrais originaram alargamentos dos *spreads* do crédito para máximos desde a pandemia, de maior

expressão nos segmentos de menor qualidade creditícia. A rentabilidade do segmento *investment grade* no primeiro semestre do ano foi de -11,9%, o que supera em larga medida o pior período semestral desde 1998 (-3,5% entre o segundo e o terceiro trimestre de 2008), penalizado pela subida das taxas de juro e dos *spreads* de crédito. O segmento de dívida especulativa europeia desvalorizou 14,4% no semestre, o mais negativo desde o segundo semestre de 2008.

A política monetária mais restritiva dos bancos centrais das economias desenvolvidas, em particular da Fed, a respetiva subida das taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco ocasionaram uma apreciação do dólar, uma combinação nociva para o desempenho da dívida de mercados emergentes (-21,3% e -15% na dívida soberana e na dívida empresarial, respetivamente, em moeda forte no primeiro semestre de 2022).

A performance dos mercados acionistas foi igualmente negativa, com quebras praticamente generalizadas das praças acionistas em termos setoriais e geográficos. A desvalorização observada resultou de um ajustamento dos múltiplos, reflexo da postura mais agressiva dos bancos centrais, à subida das taxas de juro reais e ao maior pessimismo económico. Face aos níveis de valorização em termos históricos, o Nasdaq, índice com elevado peso de empresas de cariz tecnológico dos EUA esteve entre os mais penalizados, com uma quebra superior a 30% no semestre. Apesar das perspetivas menos construtivas para a evolução das margens, fruto do enquadramento inflacionista, as estimativas de crescimento dos resultados empresariais permaneceram globalmente inalteradas.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia depreciou no semestre contra o cabaz dos seus principais parceiros comerciais, tendo revisitado mínimos desde 2017 (excluindo o período do choque pandémico). O par cambial contra o dólar fixou mínimos desde dezembro de 2016, fruto da postura menos agressiva do BCE comparativamente à Fed e dos riscos económicos para a região associados às repercussões da guerra na Ucrânia. O euro somou ainda assim ganhos contra a libra britânica, assim como à coroa norueguesa e sueca e contra o iene cujo banco central permanece ainda em modo expansionista. O dólar dos EUA, por sua vez, atingiu máximos de 2002 contra os seus principais parceiros comerciais, com destaque para os ganhos contra o iene (+18% no primeiro semestre do ano, para máximos de 24 anos). O enquadramento descrito provou-se negativo para as divisas dos países emergentes, com o respetivo cabaz a desvalorizar quase 2% no mesmo período.

A classe de matérias-primas esteve em particular evidência nos primeiros seis meses do ano. Ainda em 2021 observaram-se ganhos relevantes em vários segmentos, fruto dos reduzidos níveis de inventários, das disrupções das cadeias de abastecimento e do excesso de procura. A invasão da Rússia à Ucrânia e as subseqüentes sanções económicas impostas à Rússia desferiram um golpe decisivo no fornecimento global de matérias-primas, onde ambos os países assumem papel de destaque em múltiplos mercados. Nota para a evolução do preço dos bens alimentares, cujo índice atingiu máximos históricos, assim como para a cotação do petróleo e do gás natural.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o Fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os Fundos IMGA Iberia Equities Selection ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os Fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio de 2022 foi constituída a Categoria R para o Fundo IMGA Liquidez.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro de 2022, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Ao longo do primeiro semestre de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril de 2022 foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos Fundos IMGA, relativos ao ano de 2021.

Desempenho dos Fundos Multiativos e PPR

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela diminuição de rendibilidade das duas grandes classes de ativos essenciais para a performance dos Fundos Multiativos: obrigações e ações.

Genericamente os principais índices mundiais obtiveram performances que oscilaram entre os -9% (US Treasury) e -19% (mercados emergentes) no caso de índices de mercado obrigacionista e os -4% (UK) e -20% (S&P 500) para os índices de ações. O terreno pouco fértil para os fundos multiativos foi penalizador no resultado final do primeiro semestre de 2022.

As rendibilidades médias a 1 ano dos Fundos Multiativos foram de -9,5% e de -10,6% para os Fundos Multiativos com características de PPR, segundo a APFIPP.

As vendas líquidas nesta categoria de fundos no mercado português no primeiro semestre de 2022 totalizaram um valor negativo de €196M, com particular incidência nos Fundos Multiativos que contabilizaram 63% deste valor.

A rendibilidade dos Fundos da IMGA nesta categoria variou entre os -10,9% em média para os Fundos Multiativos e os -10,4% em média para os PPR, conforme o grau de risco medido pela volatilidade e alinhada com as performances obtidas pelos restantes intervenientes no mercado português.

Os Fundos da categoria Multiativos e PPR da IMGA apresentaram no final de junho as seguintes rendibilidades e níveis de risco:

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	-11,23%	4,38%	3	-2,73%	5,52%	4	-1,46%	4,38%	3
IMGA FLEXÍVEL CAT A	-11,33%	6,92%	4	-1,64%	7,78%	4	-1,25%	6,34%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT R	-11,34%	6,97%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	-12,91%	6,45%	4	-1,79%	7,68%	4	-0,97%	6,30%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	-12,91%	6,46%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	-10,45%	7,60%	4	0,44%	10,36%	5	0,29%	8,82%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	-10,48%	7,60%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	-10,84%	10,72%	5	1,82%	15,20%	6	1,31%	13,17%	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	-10,86%	10,73%	5	-	-	-	-	-	-
EUROBIC SELEÇÃO TOP	-6,29%	3,37%	3	-1,58%	4,58%	3	-	-	-
IMGA POUANÇA PPR CAT A	-12,90%	6,45%	4	-2,05%	7,70%	4	-1,12%	6,32%	4
IMGA POUANÇA PPR CAT R	-12,88%	6,45%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	-10,45%	7,62%	4	0,04%	10,43%	5	0,06%	8,85%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	-10,38%	7,62%	4	-	-	-	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	-9,09%	7,00%	4	0,89%	9,54%	4	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	-8,81%	6,44%	4	0,55%	8,85%	4	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	-8,96%	4,90%	3	-0,52%	6,65%	4	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	-9,31%	3,61%	3	-1,83%	5,05%	4	-	-	-

Fonte: APFIPP a 30 de junho de 2022

Informação relativa à Gestão do Fundo

No final do primeiro semestre de 2022, os fundos multiativos da IMGGA apresentavam rendibilidades negativas, fruto de um invulgar contexto de mercado, bastante adverso, tanto para os segmentos obrigacionistas como para os índices de ações das diferentes geografias.

À entrada para este ano de 2022, as expectativas eram de crescimento mundial bastante forte num contexto de reabertura total da economia pós-pandemia, e de inflação acima do desejável, mas com tendência para abrandar. Neste contexto, era expectável que as taxas de juro subissem, nomeadamente com a reversão das políticas monetárias e o fim dos programas de compras dos ativos, tal como se antecipava que o crédito proporcionasse retornos baixos, embora positivos, dado o nível das yields e as baixas taxas de incumprimento expectáveis. Para as ações, esperavam-se retornos positivos, suportadas pelo aumento dos resultados empresariais. Dadas estas perspetivas, foi implementado um posicionamento pró-risco, com uma subponderação a governos e a crédito *investment grade*, segmentos mais sensíveis à subida das taxas de juro, e uma sobreponderação a *high yield*, dívida de mercados emergentes e ações.

A realidade viria, no entanto, a sofrer uma alteração radical, com a invasão da Ucrânia e as consequentes sanções impostas à Rússia. Sendo estes dois países importantes produtores de matérias-primas, nomeadamente agrícolas e energéticas, a guerra na Ucrânia veio impactar o mercado das matérias-primas e, conseqüentemente, a inflação, já de si penalizada pela incapacidade de se resolverem os problemas nas cadeias de abastecimento. Neste contexto de continuada subida da inflação, os bancos centrais, outrora convencidos do seu carácter temporário, sentiram necessidade de reagir de forma que esta não se tornasse autossustentável. Reagindo tardiamente, a brusca mudança de atitude acabou por promover um forte *repricing* nos mercados, que impactou todos os segmentos obrigacionistas e acionistas. Por outro lado, os consumidores e as empresas, tiveram de lidar com um aumento dos custos energéticos e das condições de financiamento, o que, conjuntamente com o aumento do risco geopolítico e com os confinamentos parciais na China, fruto da sua política covid zero, penalizaram o crescimento económico global. Reagindo a estes desenvolvimentos negativos, o sentimento de aversão ao risco cresceu significativamente e o prémio de risco pedido pelos investidores aumentou, levando ao alargamento dos *spreads* de crédito e à desvalorização dos mercados acionistas.

Neste enquadramento desafiante, os fundos multiativos reduziram a exposição a ações para neutral, estando mais construtivos em crédito dado o forte alargamento de *spreads* que registaram e as probabilidades de incumprimento que passaram a incorporar. A menor exposição às taxas de juro acabou por ser um posicionamento acertado e que se manteve até ao final do semestre, tendo sido gerido de uma forma dinâmica.

A entrada na segunda metade do ano ocorre num clima de elevada incerteza, marcada pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico e pela aceleração da inflação. A realidade que iremos viver neste segundo semestre deverá ser de estagflação ou, num cenário mais pessimista, de ligeira recessão. É expectável que a inflação se mantenha elevada, fruto dos persistentes problemas das cadeias de abastecimento, do aumento dos custos laborais e dos preços das matérias-primas, consequência, entre outros fatores, da guerra na Ucrânia. O abrandamento dos preços só deverá ocorrer a partir de metade do segundo semestre, o que continuará a pressionar as autoridades monetárias norte-americanas e europeias para subir as taxas de juro. Este choque das taxas de juro, associado ao choque das matérias-primas, deverá continuar a condicionar os consumidores e as empresas, impactando negativamente a atividade económica.

As autoridades monetárias acreditam que a robustez do mercado laboral e a saúde do balanço dos particulares lhes permitirão efetuar um *soft landing* da economia, mas as probabilidades de uma recessão ocorrer têm vindo a aumentar. A China será um caso diferente uma vez que, após ter sido impactada negativamente pelos confinamentos do Covid no primeiro semestre, deverá registar uma aceleração da atividade económica no segundo semestre, impulsionada pelos gastos públicos.

Em termos de performance de mercado, devemos continuar a registar uma subida das taxas de juro, mas numa magnitude inferior à do primeiro semestre. No crédito, após alargamentos significativos dos *spreads*, poderemos assistir

a uma estabilização da performance destes segmentos dado que possuem agora um *carry* mais atrativo. Os *spreads* devem, no entanto, permanecer voláteis e as taxas de incumprimento e os *downgrades* devem aumentar, embora não para os níveis já implícitos nas valorizações atuais. No que respeita ao mercado acionista, assistimos a um forte *repricing* dos múltiplos, que deverão agora estabilizar. Por outro lado, as estimativas de resultados têm-se mantido robustas apesar da pressão dos custos laborais e das matérias-primas, sendo que os crescimentos para os próximos trimestres deverão sofrer revisões em baixa. De notar ainda que o posicionamento atual dos investidores se encontra bastante defensivo e que deverá esperar por uma maior visibilidade macroeconómica para se alterar.

O Fundo IMGA Alocação Defensiva apresentou uma rentabilidade a 1 ano de -11,2% em junho de 2022, tendo atingido um valor líquido global de €19,7M, após a reformulação do Fundo IMGA Retorno Global.

Desde o início de 2022, o Fundo registou vendas líquidas positivas de €6,2M (com subscrições de €9,2M e resgates de €3M) e uma rentabilidade efetiva de -10,8% no primeiro semestre.

Sendo um Fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, à data de 30 de junho de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre 30 de junho de 2022 e a elaboração do presente Relatório não se registou qualquer evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Alocação Defensiva

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
Data de Constituição: 24 de julho de 2007
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Banco Comercial Português S.A.
Valor da Carteira em 30 junho de 2022: 19.701 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	jun/22
Rendibilidade	2,1%	0,6%	-0,4%	2,8%	1,1%	-3,0%	4,0%	2,7%	-0,5%	-11,2%
Risco (nível)	1	1	1	3	2	2	2	4	2	3

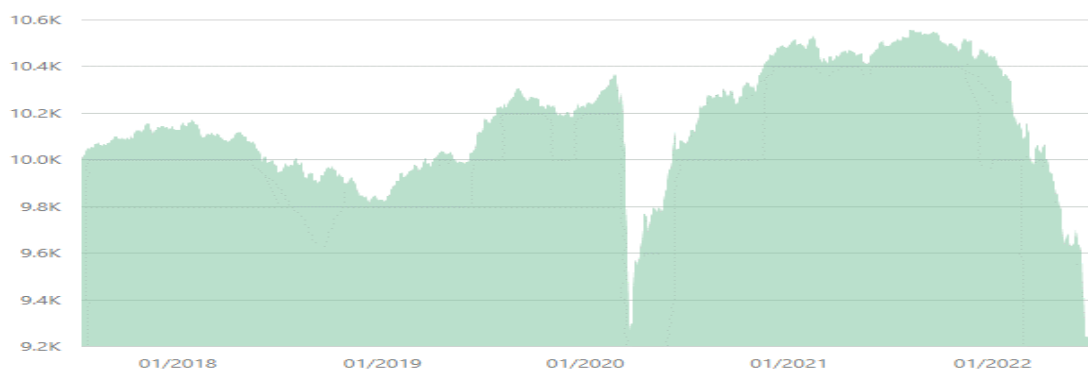
POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado (direta ou indiretamente) em instrumentos financeiros de características diversificadas em termos de classes de ativos, áreas geográficas e divisas. Para a realização desta política, o Fundo investirá em unidades de participação de outros fundos de investimento harmonizados ou equiparados, incluindo fundos de investimento admitidos à negociação nos mercados regulamentados e fundos de investimento administrados pela IM Gestão de Ativos, obrigações, ações, outros valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário. O Fundo pode investir noutros fundos de investimento nos termos legais e regulamentares. O Fundo investirá um mínimo de 30% do seu valor líquido global em unidades de participação de outros fundos de investimento. Até 1/3 do seu valor líquido global, o FUNDO poderá também investir em depósitos bancários à ordem ou a prazo não superior a 12 meses. Independentemente das decisões que a entidade responsável pela gestão tome, em cada momento, em função das suas expectativas relativamente aos mercados financeiros, o Fundo seguirá como estratégia de investimento de longo prazo, as seguintes alocações:

Categorias de Ativos/Fundos	Mínima	Máxima
Obrigações de taxa fixa	5%	95%
Ações	0%	20%

O Fundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 15% do seu valor global. h) Nos limites e percentagens enunciados nas alíneas anteriores, o Fundo encontra-se exposto ao risco de taxa de juro, de crédito, de valor das ações e de preço das mercadorias, podendo o valor dos investimentos subir ou descer em função do valor de mercado daqueles ativos. i) A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do Fundo, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais. j) Os fundos nos quais este Fundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%. k) O Fundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do Fundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	30.06.2022
Nº UP's em circulação	1 801,8864	2 073,4442	2 218,8215	2 427,5255	3 424,9108
Valor Unitário UP (Euros)	6 072,2796	6 312,3907	6 482,4599	6 447,5857	5 752,3453

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	jun/22		2021		2020		2019	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	126	0,3	345	0,9	497	0,6	529	0,5
Mercados União Europeia	França	773		538		415		272	
	Alemanha	41							
	Luxemburgo	13 641		10 165		9 167		8 404	
	Espanha	48		54		57			
	Irlanda	1 747		809		604		406	
	Itália	613		1 459		791		1 248	
	Grécia	213		604		637		528	
	<i>sub-total</i>	17 076	1,7	13 629	0,4	11 670	0,8	10 858	1,4
Outros Mercados	EUA	187		489		875		640	
	Reino Unido	1 083		323		490		117	
	<i>sub-total</i>	1270	4,0	812	0,0	1365	0,0	757	0,1
	Total	18 472	6,0	14 786	1,3	13 532	1,4	12 144	2,0

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	30.06.2022
Valores mobiliários	18 472 222,06
Saldos bancários	844 505,58
Outros ativos	408 322,45
Total dos ativos	19 725 050,09
Passivos	23 780,73
Valor Líquido de Inventário	19 701 269,36

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	141 857	-	16 177	125 680	100	125 780	1%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	994 082	-	119 019	875 062	7 140	882 202	5%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	18 910 358	151 119	1 589 998	17 471 480	-	17 471 480	94%
TOTAL	20 046 297	151 119	1 725 195	18 472 222	7 240	18 479 462	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	5 709
Outros rendimentos	16 507
As mais-valias de investimentos	1 312 527
Custos	
Custos de gestão	(70 942)
Custos de depósito	(4 625)
Outros encargos, taxas e impostos	(11 645)
As menos-valias de investimentos	(3 415 553)
Custos de negociação	(7 063)
Lucro líquido	(2 175 084)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	9 241 339
Resgates	(3 016 665)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A		
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2020	14 383 421,34	6482,4599
31.12.2021	15 651 678,64	6447,5857
30.06.2022	19 701 269,36	5752,3453

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2021	Compras	Vendas	+/- Valias realizadas	30.06.2022
Operações Cambiais	251 468	1 818	-	(22 016)	253 285
Operações Sobre Taxas de Juro	(2 986 987)	2 346 080	1 541 597	(103 036)	900 689
Operações Sobre Cotações					

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022



(valores em Euro)

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		ATIVO			
Código	Designação	30.06.22			31.12.21
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido
Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM				
33	Ativos Intangíveis das SIM				
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>				
Carteira de Títulos					
21	Obrigações	1 135 939		(135 197)	1 000 742
22	Ações				2 462 525
23	Outros Títulos de Capital				
24	Unidades de Participação	18 910 358	151 119	(1 589 998)	17 471 480
25	Direitos				
26	Outros Instrumentos da Dívida				
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>20 046 297</u>	<u>151 119</u>	<u>(1 725 195)</u>	<u>18 472 222</u>
					<u>14 786 385</u>
Outros Ativos					
31	Outros ativos				
	<i>Total de Outros Ativos</i>				
Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	401 057			401 057
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>401 057</u>			<u>401 057</u>
					<u>282 176</u>
Disponibilidades					
11	Caixa				
12	Depósitos à Ordem	844 506			844 506
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso				
14	Certificados de Depósito				
18	Outros Meios Monetários				
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>844 506</u>			<u>844 506</u>
					<u>676 790</u>
Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	7 266			7 266
52	Despesas com Custo Diferido				
53	Outros acréscimos e diferimentos				
59	Contas transitórias ativas				
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>7 266</u>			<u>7 266</u>
					<u>16 116</u>
	<i>TOTAL DO ATIVO</i>	<u>21 299 125</u>	<u>151 119</u>	<u>(1 725 195)</u>	<u>19 725 050</u>
					<u>15 761 466</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>3 425</u>
					<u>2 428</u>

		PASSIVO	
Código	Designação	Períodos	
		30.06.22	31.12.21
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	17 124 554	12 137 628
62	Variações Patrimoniais	(216 387)	(1 454 135)
64	Resultados Transitados	4 968 186	5 053 656
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	(2 175 084)	(85 470)
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>19 701 269</u>	<u>15 651 679</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes	1 814	19 576
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	15 063	8 032
424+...+429	Outras contas de Credores	2 573	80 002
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>19 451</u>	<u>107 609</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	4 305	2 153
56	Receitas com Provento Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	26	26
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>4 330</u>	<u>2 178</u>
	<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>	<u>19 725 050</u>	<u>15 761 466</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>5 752.3453</u>	<u>6 447.5857</u>

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.22	31.12.21
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	253 285	251 468
	<i>Total</i>	<u>253 285</u>	<u>251 468</u>
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	2 346 080	
	<i>Total</i>	<u>2 346 080</u>	
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	<u>2 599 365</u>	<u>251 468</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>1 445 391</u>	<u>2 986 987</u>

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.22	31.12.21
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	1 445 391	2 986 987
	<i>Total</i>	<u>1 445 391</u>	<u>2 986 987</u>
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	<u>1 445 391</u>	<u>2 986 987</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>2 599 365</u>	<u>251 468</u>

Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022



(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 30 DE JUNHO DE 2021

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.22	30.06.21			30.06.22	30.06.21
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	16 505	18 928
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes		
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	7 063	1 421		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	77 005	42 685	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 709	4 711
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 146 451	155 150	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	56 004	132 367
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 269 102	412 464	839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 256 523	458 056
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos						
7411+7421	Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	8 055	5 618	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	0
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 152	2 055				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>3 509 828</u>	<u>619 392</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	1	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>1</u>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)			66	Resultado Líquido do Período (se<0)	<u>2 175 084</u>	<u>5 331</u>
	TOTAL	<u>3 509 828</u>	<u>619 392</u>		TOTAL	<u>3 509 828</u>	<u>619 392</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(2 075 295)	(565)	F - E	Resultados Eventuais	1	
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(12 579)	45 592	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(2 175 084)	(5 331)
B-A	Resultados Correntes	(2 175 085)	(5 331)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(2 175 084)	(5 331)

Demonstração de fluxos de caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022



(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-22		30-jun-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		9 241 339		2 779 006
Subscrição de unidades de participação	9 241 339		2 779 006	
...				
PAGAMENTOS:		3 034 426		1 596 743
Resgates de unidades de participação	3 034 426		1 596 743	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		6 206 913		1 182 263
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		5 642 094		2 872 599
Venda de títulos e outros ativos	1 352 948		864 477	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	4 264 820		1 977 499	
Rendimento de títulos e outros ativos	5 709		4 711	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	18 616		25 912	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		11 330 860		3 639 555
Compra de títulos e outros ativos	99 197		1 634 739	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	11 224 540		2 003 282	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	6 023		611	
Outras taxas e comissões	70		810	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 030		113	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(5 688 767)		-766 956
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		3 430 739		1 190 965
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	96 477		73 270	
Operações de taxa de juro	1 039 802		352 190	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	559 581		188 252	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	1 734 880		577 252	
PAGAMENTOS:		3 703 671		1 220 818
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais	118 493		70 086	
Operações de taxa de juro	1 142 838		341 777	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	577 808		184 219	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	1 864 533		624 737	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(272 932)		(29 853)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-22		30-jun-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	0		0	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		77 498		21 763
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	1		0	
Comissão de gestão	67 018		12 768	
Comissão de depósito	4 648		3 887	
Taxa de supervisão	1 331		1 301	
Impostos e taxas	4 501		3 807	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(77 498)		(21 763)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		167 716		363 691
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		676 790		695 600
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		844 506		1 059 291

Anexo às demonstrações financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 19 de julho de 2007, tendo iniciado a sua atividade em 24 de julho de 2007. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em obrigações à escala global, prevenindo adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos. Para o efeito, investe, maioritariamente, em obrigações, de forma direta ou indireta, exceto em situações em que a gestão do Fundo entenda ser adequado o investimento em ativos de menor risco, nomeadamente o investimento em depósitos ou em outros instrumentos do mercado monetário.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A..

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de quatro euros e noventa e nove cêntimos.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31.12.2021	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2022
Valor base	12 137 628	7 451 780	(2 464 854)				17 124 554
Diferença p/Valor Base	(1 454 136)	1 789 559	(551 811)				(216 387)
Resultados acumulados	5 053 656				(85 470)		4 968 186
Resultados do período	(85 470)				85 470	(2 175 084)	(2 175 084)
SOMA	15 651 679	9 241 339	(3 016 665)	-	-	(2 175 084)	19 701 269
Nº de Unidades participação	2 428	1 490	(493)				3 425
Valor Unidade participação	6 447.5857	6 200.7596	(6 119.3587)				5 752.3453

Em 30 de junho de 2022 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	30-06-22	5 752.3453	19 701 269	3 425
	31-03-22	6 208.4464	20 061 064	3 231
Ano 2021	31-12-21	6 447.5857	15 651 679	2 428
	30-09-21	6 496.1456	16 030 515	2 468
	30-06-21	6 479.9507	15 558 282	2 401
	31-03-21	6 443.7850	15 284 880	2 372
Ano 2020	31-12-20	6 482.4599	14 383 421	2 219
	30-09-20	6 333.0481	14 077 361	2 223
	30-06-20	6 221.1178	13 727 818	2 207
	31-03-20	5 916.0285	13 248 203	2 239

Em 30 de junho de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	19
UPs < 0.5%	1 334
TOTAL	1 353

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	(valores em Euro)	
					Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i> -Títulos dívida Pública						
PGB 1.95% 15/06/29	141 857	-	(16 177)	125 680	100	125 780
	141 857	-	(16 177)	125 680	100	125 780
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i> -Títulos dívida Pública						
BTPS 0.85% 15/01/27	172 137	-	(12 644)	159 492	649	160 142
BTPS 2.8% 01/12/28	348 057	-	(45 705)	302 352	667	303 019
BTPS 3.0% 01/08/29	182 448	-	(30 728)	151 721	1 837	153 557
Hellenic Republic 1.875% 23/07/26	236 826	-	(23 718)	213 107	3 865	216 972
SPGB 1.45% 30/04/29	54 614	-	(6 224)	48 390	121	48 511
	994 082	-	(119 019)	875 062	7 140	882 202
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	399 099	312	-	399 411	-	399 411
AXA World Funds US High Yield Bonds	367 137	-	(29 478)	337 660	-	337 660
Aberdeen Standard SICAV I - European Equity Fund	263 051	-	(29 192)	233 859	-	233 859
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond	175 812	-	(27 492)	148 319	-	148 319
Algebris UCITS Funds plc-Algebris Financial Credit	436 526	-	(36 155)	400 371	-	400 371
Alma Eikoh Japan Large Cap Equity	20 830	-	(823)	20 007	-	20 007
BGF-US Dollar Core BD - I2 EURH	475 555	-	(43 910)	431 645	-	431 645
BlackRock Global Funds United Kingdom Fund	31 253	-	(4 856)	26 397	-	26 397
Carmignac Portfolio- Long-Short European Equities	544 596	25 720	-	570 316	-	570 316
DWS Invest-CROCI Japan	43 187	-	(3 725)	39 462	-	39 462
Digital FDS-Stars Europe EX UK I2	30 961	190	-	31 151	-	31 151
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	220 242	-	(3 080)	217 162	-	217 162
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	26 808	-	(4 799)	22 009	-	22 009
JO Hambro Capital Management Umbrella Fund PLC - C	35 060	-	(4 332)	30 728	-	30 728

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Janus Henderson HF-Euroland FD I2 EUR	238	-	(22)	216	-	216
Janus Henderson HRZN EUR HY BO-I2EUR	349 501	-	(46 320)	303 181	-	303 181
LYXOR EPSILON GLOBAL TR-IE	305 365	25 972	-	331 336	-	331 336
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	232 090	-	(7 560)	224 530	-	224 530
Liontrust Global Funds PLC-UK Growth Fund	33 686	-	(2 238)	31 448	-	31 448
MACQUARIE-EMG MRK-I USD ACC	8 021	759	(2 070)	6 710	-	6 710
NN L-Euro Credit -IC	1 469 234	-	(131 736)	1 337 498	-	1 337 498
Pictet- Short Term Emerging Corporate Bonds	492 406	-	(39 689)	452 717	-	452 717
Robeco-QI Emerg Mkt Act-I Eur	14 268	-	(147)	14 121	-	14 121
T. Rowe Price-US SML	13 452	433	(1 184)	12 701	-	12 701
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	509 327	-	(14 563)	494 764	-	494 764
Wellington-US Research Eq-A	70 608	4 384	(7 265)	67 727	-	67 727
ARTEMIS LUX US SELECT I USD CAP	51 574	4 419	(8 209)	47 784	-	47 784
Allianz China A Shares IT Eur	39 281	1 047	-	40 328	-	40 328
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	56 167	-	(7 634)	48 533	-	48 533
BGF-USD HIGH YLD BD HED-ED2	366 837	-	(28 456)	338 381	-	338 381
BNY Mellon Emerging Markets Corporate Dbt Fund	212 803	-	(27 089)	185 714	-	185 714
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	561 994	-	(39 207)	522 787	-	522 787
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	1 497 763	-	(176 484)	1 321 279	-	1 321 279
DPAM L-Bonds EUR Corporate High Yield	379 637	-	(35 606)	344 030	-	344 030
European Specialist Investment funds M&G European	1 499 417	-	(148 228)	1 351 190	-	1 351 190
Fidelity Fds Asia Pacific Opp I USD	80 883	5 330	(7 858)	78 355	-	78 355
Fidelity Fund-Emer M YA EUR	21 330	86	-	21 417	-	21 417
First St Asian Eq Pl - III - A USD	79 697	5 672	(10 042)	75 327	-	75 327
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	445 637	-	(5 511)	440 126	-	440 126
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	56 073	-	(9 620)	46 452	-	46 452
JPM US SM Companies C Accused	15 144	1 298	(2 278)	14 164	-	14 164
JPMorgan Investment Funds - US Bond Fund	436 823	30 601	(34 326)	433 098	-	433 098
LFP - La Francaise Sub Debt C EUR ACC	524 705	-	(57 260)	467 444	-	467 444
MFS Meridian-European Equity Fund	300 802	-	(21 870)	278 932	-	278 932
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	1 469 770	-	(149 562)	1 320 208	-	1 320 208
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	291 336	-	(27 824)	263 512	-	263 512
Natixis International Funds Lux I-Loomis Sayles Sh	629 421	-	(48 411)	581 011	-	581 011
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	437 660	-	(24 937)	412 723	-	412 723
Schroder Intl Eur GV BD C AC	572 032	-	(54 790)	517 242	-	517 242
Standard Life Investments Global SICAV - European	52 419	-	(11 304)	41 115	-	41 115
T.ROWE PRICE-US EQUITY FUND(I)	50 920	4 363	(6 376)	48 907	-	48 907
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	473 599	-	(41 896)	431 702	-	431 702
Threadneedle European SE-9EEUR	66 502	-	(7 349)	59 153	-	59 153
Threadneedle Lux - European Smaller Companies	65 393	-	(10 722)	54 670	-	54 670
Veritas Asian Fund C EUR ACC	76 780	-	(6 549)	70 231	-	70 231
WILLIAM BLAIR-US SM-JC USD	41 283	3 381	(6 539)	38 125	-	38 125
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	40 281	-	(2 337)	37 943	-	37 943
Amundi MSCI Europe ESG Broad ETF	32 264	-	(1 684)	30 580	-	30 580
Ishares FTSE 100 ACC	36 421	-	(765)	35 656	-	35 656
L&G CYBER SECURITY UCITS ETF	53 871	4 025	(9 460)	48 435	-	48 435
Lyxor ETF S&P 500-A	256 498	-	(19 337)	237 161	-	237 161
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	254 520	-	(18 053)	236 466	-	236 466
	18 095 852	117 992	(1 508 210)	16 705 633	-	16 705 633
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>						
Acadian European Equity-UCITS	296 323	-	(25 073)	271 250	-	271 250
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	46 928	-	(8 085)	38 844	-	38 844
ISHARES S&P 500 IT SECTOR	104 043	1 362	(2 683)	102 722	-	102 722
Ishares \$ TIPS UCITS ETF	164 187	11 128	(1 944)	173 372	-	173 372
Ishares JPM EM LCL GOV BND	203 024	20 638	(44 002)	179 659	-	179 659
	814 506	33 128	(81 788)	765 846	-	765 846
TOTAL	20 046 297	151 119	(1 725 195)	18 472 222	7 240	18 479 462

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) O valor das unidades de participação será calculado com base no último valor divulgado e/ou conhecido no momento de referência.
- f) O valor das unidades de participação admitidas à negociação em mercado será avaliado com base no último preço de mercado disponível no momento de referência. Não existindo ou não sendo representativo, utilizar-se-á o último valor conhecido e/ou divulgado pela respetiva sociedade gestora, ou, na impossibilidade da sua obtenção, aplicar-se-á o disposto na alínea j).
- g) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- h) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- i) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- j) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem

em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

- b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- k) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- l) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2022, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
GBP	140 565	-	-	-	-	-	140 565
JPY	6 161 556	-	-	-	-	-	6 161 556
USD	1 499 936	-	263 088	-	-	263 088	1 763 023
Contravalor Euro	1 651 374	-	253 285	-	-	253 285	1 904 659

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2022, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	900 689	-	900 689
de 3 a 5 anos	377 114	-	-	-	-	377 114
de 5 a 7 anos	477 311	-	-	-	-	477 311
mais de 7 anos	153 557	-	-	-	-	153 557

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2022, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
UP's	17 471 480	-	-	17 471 480

14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

15. CUSTOS IMPUTADOS

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	73 780	0.40%
Comissão de Depósito	4 810	0.03%
Taxa de Supervisão	1 378	0.01%
Custos de Auditoria	2 152	0.01%
Encargos outros OIC	44 632	0.24%
Outros Custos Correntes	5 822	0.03%
TOTAL	132 574	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0.71%

(1) Média relativa ao período de referência

16. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de junho de 2022 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório de Auditoria



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o “OIC”) sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 19 725 050 euros e um total do capital do OIC de 19 701 269 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 175 084 euros), a Demonstração dos resultados, e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Alocação defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o “OIC”) sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2022, cerca de 94% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido no parágrafo “Regras de valorimetria” apresentado no relatório de gestão e na alínea b) da Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015.</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a determinação das metodologias aplicadas e fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análise sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

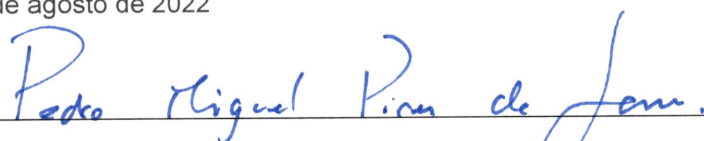
Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de agosto de 2022



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº1930 e registado na CMVM com nº 20190019)